



CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº. 002/2019-PMR

CARGO: PROCURADOR JURÍDICO

Caderno de Prova

Nome do Candidato

INSTRUÇÕES

LEIA COM ATENÇÃO

1. Este Caderno de Prova, com páginas numeradas de 1 a 19, é constituído de **60 (sessenta)** questões de múltipla escolha, cada uma com **4 (quatro)** alternativas, assim distribuídas:

01 a 07 – Língua Portuguesa

08 a 10 – História e Geografia de Mato Grosso

11 a 60 – Conhecimentos Específicos

2. Caso o Caderno de Prova esteja incompleto ou tenha qualquer defeito de impressão, solicite ao fiscal que o substitua.

3. Sobre a Marcação do Cartão de Respostas da Prova Objetiva

As respostas das questões objetivas deverão ser transcritas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta não porosa, fabricada em material transparente, para o Cartão de Respostas, que será o único documento válido para correção. O Cartão de Respostas não será substituído por erro ou dano do candidato.

- 3.1. Para cada questão existe apenas uma alternativa que a responde acertadamente. Para a marcação da alternativa escolhida no **CARTÃO DE RESPOSTAS**, pinte **completamente** o círculo correspondente.

*Exemplo: Suponha que para determinada questão a alternativa **C** seja a escolhida.*

N.º da Questão
☐ A
☐ B
☒
☐ D

- 3.2. Será invalidada a questão em que houver mais de uma marcação, marcação rasurada ou emendada, ou não houver marcação.
- 3.3. Não rasure nem amasse o **CARTÃO DE RESPOSTAS**.
4. Todos os espaços em branco, neste caderno, podem ser utilizados para rascunho.
5. A duração da prova é **4 (quatro)** horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do **CARTÃO DE RESPOSTAS**.
6. Somente após decorridas **2 horas e 30 minutos** do início da prova, o candidato, depois de entregar seu Caderno de Prova e seu Cartão de Respostas, poderá retirar-se da sala de prova.
7. O candidato que insistir em sair da sala de prova antes desse tempo deverá assinar **Termo de Ocorrência** declarando sua desistência do concurso.
8. Será permitida a saída de candidatos levando o Caderno de Prova somente **na última meia hora** de prova.
9. Na página **19** deste Caderno de Prova, encontra-se a **Folha de Anotação do Candidato**, a qual poderá ser utilizada para a transcrição das respostas das questões objetivas. Essa folha poderá ser levada pelo candidato para posterior conferência com o gabarito somente após decorridas **2 horas e 30 minutos** do início da prova.
10. Após o término da prova, o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar ao fiscal o **CARTÃO DE RESPOSTAS**.

Instrução: Leia atentamente o texto a seguir e responda às questões 01 e 02.

A gente se torna (ou acha que se torna) um pouco mais senhor de si, de seus limites, e até faz algumas escolhas acertadas. Esse é um dos dons da maturidade. Com sorte e sabedoria, mais tarde poderemos descobrir que também faz parte do envelhecer.

O tempo não é mais apenas o futuro, quando vou crescer, quando vou ser independente, quando vou casar, transar, ter filhos, viajar, quando? Agora existe um passado: quando eu era criança, quando fiz vestibular, quando transei, quando me casei, quando comecei a trabalhar ... e nos damos conta de que estamos no auge da juventude, a maturidade logo ali, e tantos compromissos, tanto desejo, já tanta frustração.

(LUFT, Lya. *O tempo é um rio que corre*. Rio de Janeiro: Record, 2014.)

QUESTÃO 01

A respeito do texto, analise as afirmativas.

- I- Por ser curto, organizado em torno de um único foco temático, com poeticidade na construção da linguagem, esse texto pertence ao gênero crônica.
- II- A reflexão presente no texto volta-se a um tempo de maturidade, em que o passado, hoje, seria o futuro ontem.
- III- O tom irônico do texto busca prender a atenção do leitor, envolvendo-o na temática, mesmo sem muitos detalhes.
- IV- O texto, escrito em primeira pessoa do singular (*vou, eu era, me casei*), utiliza linguagem simples com predominância de oralidade.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.

QUESTÃO 02

Sobre recursos linguísticos, é correto afirmar que

- (A) o termo *até* (linha 1) denota no texto a ideia de inclusão.
- (B) o substantivo *gente* (linha 1) pode ser substituído pelo pronome pessoal eu sem perder a coerência do texto.
- (C) a palavra *apenas* (linha 4) é um adjetivo que caracteriza o substantivo *futuro*.
- (D) a expressão adverbial *logo ali* (linha 7) reforça a ideia de local distante.

Instrução: Leia atentamente os dois primeiros parágrafos do texto *Panta rei?*, do filósofo Mario Sergio Cortella e responda às questões 03 e 04.

Novo ano, vida nova? Esperança não delirante? Então, mais uma vez, cante-se a primeira estrofe da marcha-rancho “Até quarta-feira” (composta por H. Silva e Paulo Setti), grande sucesso em 1967 na voz do sambista Noite Ilustrada: “este ano não vai ser igual àquele que passou”. Então, novamente, levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima! Em meados do século 20, o mesmo Noite Ilustrada gravou esse clássico do cientista Paulo Vanzolini e, desde aquela época, amiúde recordamos da fundamental – em todos os sentidos – “Volta por cima”. Afinal em vários momentos e de muitas maneiras, cada um do seu jeito, sempre podemos dizer que “ali onde eu chorei / qualquer um chorava / dar a volta por cima que eu dei / quero ver quem dava”.

Este ano não vai ser igual àquele que passou! Aliás, daria para ser de outro modo? Há possibilidade de algum ano, mês ou dia ser idêntico a outro qualquer, como se ficassemos aprisionados no “feitiço do tempo”? Eis aí a chave para abrir um dos pensamentos mais instigantes quando se deseja refletir sobre a vida no dia a dia e as intercorrências dela advindas; fala-se com frequência uma frase que pareceria máxima popular: “Nenhum homem toma banho duas vezes no mesmo rio, pois, quando volta a ele, nem o rio é o mesmo e nem mais o homem o é”.

[...]

(CORTELLA, M. S. *Não espere pelo epitáfio*. Provocações filosóficas. Petrópolis: Vozes, 2014.)

QUESTÃO 03

Entre os recursos linguísticos empregados na construção de um texto está a intertextualidade. Qual trecho desse texto **NÃO** é exemplo de intertextualidade explícita?

- (A) *este ano não vai ser igual àquele que passou*
- (B) *um dos pensamentos mais instigantes quando se deseja refletir sobre a vida no dia a dia*
- (C) *levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima*
- (D) *ali onde eu chorei / qualquer um chorava / dar a volta por cima que eu dei / quero ver quem dava*

QUESTÃO 04

A respeito de tempos verbais utilizados no texto, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O verbo cantar (linha 1) está empregado no imperativo afirmativo e expressa sentido de um convite ou uma exortação.
- () Na linha 8, a forma verbal *daria* está empregada como forma polida de perguntar, pode ser substituída por *dá*, no presente do indicativo.
- () A forma verbal *ficássemos* (linha 9), no futuro do pretérito, expressa ação que pode ocorrer posteriormente a uma outra passada.
- () Na linha 5, a forma verbal *recordamos*, empregada no pretérito perfeito do indicativo, expressa ação duradoura, mas concluída no passado.
- () O verbo abrir (linha 10) está empregado no infinitivo impessoal, não se referindo a sujeito algum no texto.

Assinale a sequência correta.

- (A) F, V, F, F, V
- (B) V, F, V, V, F
- (C) V, V, F, V, F
- (D) F, F, V, F, V

Instrução: Leia o texto e responda às questões 05 e 06.

No decurso da minha longa vida, recebi dos meus companheiros um reconhecimento muito maior do que aquele que mereço e confesso que o meu sentido de humildade sempre se sobrepôs ao meu prazer. Mas nunca, em ocasiões anteriores, a dor se sobrepôs tanto ao prazer como agora. Todos nós, que estamos preocupados com a paz e o triunfo da razão e da justiça, devemos estar hoje claramente conscientes do peso que uma pequeníssima justificação e uma boa vontade honesta podem exercer sobre os acontecimentos na vida política. Mas, independentemente disso, e independentemente do nosso destino, podemos estar certos de que, sem os esforços incansáveis daqueles que estão preocupados com o bem-estar da humanidade como um todo, a maioria da espécie humana estaria muito pior do que se encontra realmente agora.

(Einstein, Albert. Disponível em <http://www.citador.pt/textos/>. Acesso em: 02/07/2019.)

QUESTÃO 05

Sobre sentidos do texto, analise as afirmativas.

- I- O trecho *No decurso da minha longa vida* exprime ideia de tempo ao que é dito posteriormente.
- II- No trecho *Todos nós, que estamos preocupados com a paz e o triunfo da razão e da justiça, devemos estar hoje claramente conscientes*, a oração entre vírgulas esclarece o sentido da expressão *Todos nós*.
- III- Em *podemos estar certos de que, sem os esforços incansáveis daqueles que estão preocupados com o bem-estar da humanidade como um todo, a maioria da espécie humana estaria muito pior*, o trecho entre vírgulas acrescenta uma circunstância de modo ao período.
- IV- Em *a maioria da espécie humana estaria muito pior do que se encontra realmente agora*, a segunda oração exprime sentido de concessão à anterior.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I e IV, apenas.

QUESTÃO 06

Assinale a reescrita da primeira frase do texto em que o deslocamento da expressão circunstancial *No decurso da minha longa vida* **NÃO** prejudica o sentido.

- (A) Recebi dos meus companheiros um reconhecimento muito maior do que aquele que mereço e, no decurso da minha longa vida, confesso que o meu sentido de humildade sempre se sobrepôs ao meu prazer.
- (B) Recebi dos meus companheiros um reconhecimento muito maior do que aquele que mereço e confesso que o meu sentido de humildade sempre se sobrepôs ao meu prazer, no decurso da minha longa vida.
- (C) Recebi dos meus companheiros um reconhecimento muito maior do que aquele que mereço e confesso, no decurso da minha longa vida, que o meu sentido de humildade sempre se sobrepôs ao meu prazer.
- (D) Recebi dos meus companheiros, no decurso da minha longa vida, um reconhecimento muito maior do que aquele que mereço e confesso que o meu sentido de humildade sempre se sobrepôs ao meu prazer.

QUESTÃO 07

Leia as frases a seguir.

- O hábito de fumar hoje é visto como nocivo à saúde e, não há dúvida, soa como cafonice.
- Graças a isso, o glamour do passado, celebrado pelos atores de Hollywood do século XX, ficou para trás.
- São incontáveis as evidências científicas acumuladas nas últimas décadas contra o cigarro.
- Atualmente, no Brasil, apenas 9,3% da população afirma ser fumante.
- Há agora, porém, uma ameaça capaz de jogar por terra a espetacular mudança comportamental: os cigarros eletrônicos.

Reagrupando-as em um único parágrafo, com coerência e coesão, ficaria:

- (A) Atualmente, no Brasil, apenas 9,3% da população afirma ser fumante. Há agora, porém, uma ameaça capaz de jogar por terra a espetacular mudança comportamental: os cigarros eletrônicos. O hábito de fumar hoje é visto como nocivo à saúde e, não há dúvida, soa como cafonice. Graças a isso, o glamour do passado, celebrado pelos atores de Hollywood do século XX, ficou para trás. São incontáveis as evidências científicas acumuladas nas últimas décadas contra o cigarro.
- (B) São incontáveis as evidências científicas acumuladas nas últimas décadas contra o cigarro. O hábito de fumar hoje é visto como nocivo à saúde e, não há dúvida, soa como cafonice. Graças a isso, o glamour do passado, celebrado pelos atores de Hollywood do século XX, ficou para trás. Atualmente, no Brasil, apenas 9,3% da população afirma ser fumante. Há agora, porém, uma ameaça capaz de jogar por terra a espetacular mudança comportamental: os cigarros eletrônicos.
- (C) São incontáveis as evidências científicas acumuladas nas últimas décadas contra o cigarro. Atualmente, no Brasil, apenas 9,3% da população afirma ser fumante. Há agora, porém, uma ameaça capaz de jogar por terra a espetacular mudança comportamental: os cigarros eletrônicos. O hábito de fumar hoje é visto como nocivo à saúde e, não há dúvida, soa como cafonice. Graças a isso, o glamour do passado, celebrado pelos atores de Hollywood do século XX, ficou para trás.
- (D) O hábito de fumar hoje é visto como nocivo à saúde e, não há dúvida, soa como cafonice. Graças a isso, o glamour do passado, celebrado pelos atores de Hollywood do século XX, ficou para trás. Atualmente, no Brasil, apenas 9,3% da população afirma ser fumante. Há agora, porém, uma ameaça capaz de jogar por terra a espetacular mudança comportamental: os cigarros eletrônicos. São incontáveis as evidências científicas acumuladas nas últimas décadas contra o cigarro.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE MATO GROSSO

QUESTÃO 08

Em abril de 1719, quando a Bandeira liderada por Paschoal Moreira Cabral descobriu ouro na região do rio Coxipó-Mirim, iniciou-se o processo tanto da exploração das minas do Cuiabá quanto do assentamento de populações não indígenas na região. O território onde viria a ser estabelecida a futura vila do Senhor Bom Jesus do Cuiabá fazia parte das possessões de populações indígenas. Qual etnia ocupava esse espaço quando da descoberta do ouro?

- (A) Paiaguás
- (B) Chiquitano
- (C) Bororo
- (D) Guaikuru

QUESTÃO 09

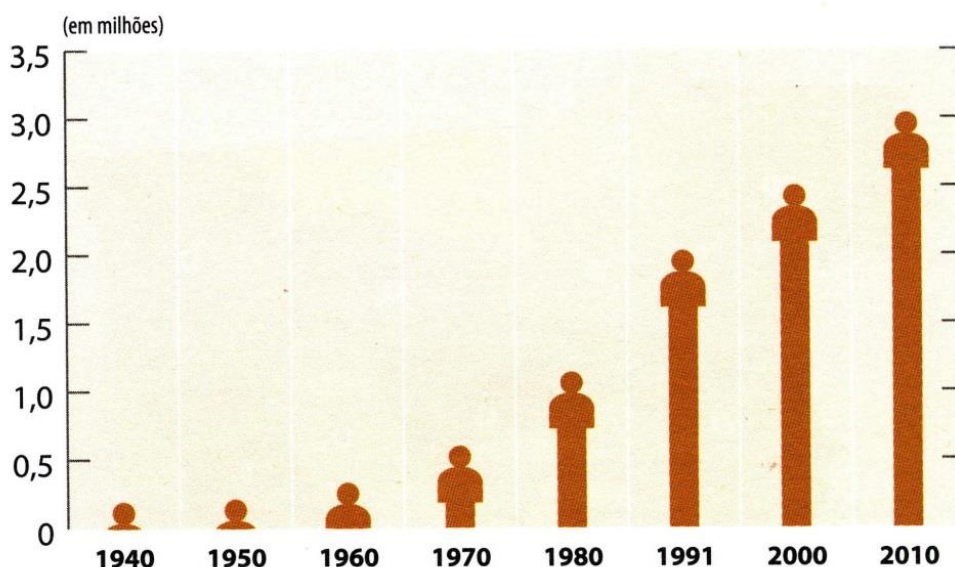
Analise a tabela e a figura acerca da evolução populacional do Estado.

MATO GROSSO – POPULAÇÃO TOTAL E TAXAS GEOMÉTRICAS ANUAIS MÉDIAS DE CRESCIMENTO 1940-2010

Anos	População	
	Total	Taxas geométricas anuais médias de crescimento (%)
1940	193.625	–
1950	212.649	0,94
1960	330.610	4,51
1970	598.879	6,12
1980	1.138.691	6,64
1991	2.027.231	5,38
2000	2.504.353	2,35
2010	3.035.122	1,94

Fonte: IBGE, 1952, 1956, 1967, 1971, 1982, 2000a, 2010.

Obs.: Os dados anteriores à divisão do Estado, referem-se somente ao atual território de Mato Grosso.

MATO GROSSO – CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL – 1940-2010

Fonte: IBGE, 1952, 1956, 1967, 1971, 1982, 2000a, 2010.

(MORENO, G, HIGA, T. C. S. (Org). **Geografia de Mato Grosso**: Território, Sociedade, Ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2017.)

A tabela e a figura mostram um crescimento populacional acelerado entre as décadas de 1960 e 1990 no Estado. O que explica esse aumento da população mato-grossense?

- (A) A migração de populações vindas particularmente do Sul do Brasil, especialmente para a ocupação de terras do norte de Mato Grosso.
- (B) A imigração de paraguaios e bolivianos atraídos pelas terras férteis do cerrado na lógica do agronegócio.
- (C) O aumento da taxa de natalidade e o declínio da mortalidade infantil em decorrência das políticas públicas de saúde desenvolvidas pelo governo estadual.
- (D) A demarcação de diversos territórios indígenas e o consequente deslocamento dessas populações dos estados vizinhos para Mato Grosso.

QUESTÃO 10

Totó Paes foi encontrado pelo coronel Joaquim Sulpício, escondido em um matagal. Lá foi assassinado. Seu corpo foi deixado à beira de um córrego, sendo encontrado apenas às 11 horas do dia 6. (...) No mesmo dia de sua morte, foi enviado ao local pelo presidente em exercício, coronel Pedro Leite Osório, o chefe de polícia interino, Alfredo Otávio de Mavigner, acompanhado de dois peritos e três testemunhas para o reconhecimento cadavérico e para o exame de corpo de delito. O auto do exame foi redigido por Flaviano Gomes de Barros. Testemunharam os trabalhos os coronéis Severo José da Costa e Silva, Virgílio Alves Corrêa e Manuel Escolástico Virgínio (com exceção do primeiro, todos opositores de Totó Paes). Os peritos Dr. Estevão Alves Corrêa e o farmacêutico Luiz da Costa Ribeiro Filho, que efetuaram o exame de corpo de delito, apontaram como *causa mortis* “dois ferimentos por bala, sendo um próximo ao mamelo direito e outro abaixo do conduto auditivo esquerdo.”

(PORTELA, L. V. de S. **Uma República de muitos coronéis e poucos eleitores**: coronelismo e poder local em Mato Grosso (1889-1930). 2009: Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação Mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.)

A deposição e o assassinato do então governador do Estado de Mato Grosso Antônio (Totó) Paes de Barros pelo movimento ocorrido em 1906 devem ser entendidos a partir de qual contexto histórico?

- (A) O fracasso da política do governador de aproximação com Buenos Aires visando à diminuição dos custos do transporte da produção agrícola do Estado.
- (B) As disputas econômicas entre os fazendeiros mato-grossenses e seus congêneres após a assinatura do Tratado de Petrópolis.
- (C) As tentativas dos grupos sociais do sul do Estado, especialmente aqueles em torno da cidade de Corumbá, na divisão territorial do Estado.
- (D) As lutas oligárquicas mato-grossenses pelo controle da política local na dinâmica que caracterizou a chamada República Velha.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 11

Tendo em vista a disciplina constitucional e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da criação, incorporação, fusão e desmembramento de novos Municípios, analise as assertivas.

- I- O dispositivo constitucional que confere competência legislativa aos Estados para criar Municípios é norma pendente de regulamentação por lei complementar federal, desde a promulgação da Emenda Constitucional n.º 15/1996.
- II- É exigida consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- III- O STF declarou a inconstitucionalidade com pronúncia da nulidade das leis estaduais criadoras de Municípios, mantendo, porém, sua validade pelo prazo de vinte e quatro meses.
- IV- O STF reconheceu a mora do Congresso Nacional em regulamentar o respectivo dispositivo constitucional, mas entendeu que não lhe cabe impor um prazo para a atuação legislativa.

Estão corretas as assertivas

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.

QUESTÃO 12

Considerando o disposto na Constituição do Estado de Mato Grosso acerca da ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça, assinale a assertiva **INCORRETA**.

- (A) Quando o Tribunal de Justiça apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de lei ou ato normativo municipal, citará, previamente, o Procurador Municipal para defender o ato ou o texto impugnado.
- (B) O Prefeito detém legitimidade ativa para impugnar a constitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal em face da Constituição Estadual.
- (C) Somente pelo voto da maioria absoluta dos seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderá o Tribunal de Justiça declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- (D) A legitimidade da federação sindical ou entidade de classe de âmbito estadual é específica, em razão da condição da ação relativa à pertinência temática.

QUESTÃO 13

Leia o texto abaixo.

É nessa perspectiva que (o que se registra para espantar qualquer dúvida a respeito) comungamos do entendimento de que todos os direitos fundamentais possuem um núcleo essencial, núcleo este que, por outro lado, não se confunde com seu conteúdo em dignidade da pessoa humana (ou, no caso dos direitos sociais, com o mínimo existencial), embora em maior ou menor medida, a depender do direito em causa, um conteúdo em dignidade humana e/ou uma conexão com o mínimo existencial se faça presente, do que não apenas podem, como devem ser extraídas consequências para a proteção e promoção dos direitos fundamentais.

(SARLET, I. W. *Constitucionalismo transformador, inclusão e direitos sociais*. Salvador: Editora JusPodivm, 2019.)

A partir do texto, em termos de dogmática jurídico-constitucional de um direito ao mínimo existencial, é correto afirmar:

- (A) Na orientação jurisprudencial adotada pelo Supremo Tribunal Federal, os direitos sociais são considerados sempre na perspectiva coletiva, cabendo ao poder público priorizar as políticas públicas, elaboradas de maneira técnica e impessoal, que visem assegurar o mínimo existencial.
- (B) Embora não seja possível estabelecer, de modo taxativo, um rol dos elementos nucleares do mínimo existencial, há um conjunto de conquistas sedimentadas que serve de roteiro a guiar o intérprete da norma e, de modo geral, os órgãos vinculados à concretização dessa garantia.
- (C) O núcleo essencial dos direitos e o mínimo existencial se confundem em toda a sua extensão, daí porque o mínimo existencial funciona como parâmetro para identificar quais direitos sociais são essencialmente fundamentais.
- (D) No direito constitucional brasileiro, diferentemente do que ocorre na maioria dos sistemas jurídicos ocidentais, há previsão constitucional expressa consagrando um direito geral à garantia do mínimo existencial.

QUESTÃO 14

Analisar a seguinte situação hipotética:

O Secretário Municipal de Educação encaminha para a Procuradoria do Município a petição inicial de Mandado de Segurança, impetrado pelos pais de uma criança contra ato administrativo denegatório de matrícula no primeiro ano do ensino fundamental em escola da rede municipal, com base em critério etário. Em consonância com o entendimento referendado pelo Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, deverá a autoridade indicada como coatora prestar as informações a seguir:

- (A) Cabe revisão do ato administrativo impugnado, desde que os pais comprovem que a criança, apesar de não cumprir o critério etário, está apta a ingressar no ensino fundamental.
- (B) O ato administrativo impugnado deverá ser anulado pela própria autoridade, visto que compromete a eficácia de um direito fundamental, qual seja o direito da criança à educação.
- (C) É válida a exigência de idade mínima para o ingresso no ensino fundamental, bem como a definição do momento em que o aluno deverá preencher o critério etário com base em normativa do Ministério da Educação.
- (D) O ato administrativo impugnado poderá ser revisto, desde que a criança complete a idade mínima exigida ao longo do ano em que foi pleiteada a matrícula.

QUESTÃO 15

De acordo com o regime disciplinar prescrito na Lei n.º 1.752/1990, que instituiu o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Rondonópolis-MT, é correto afirmar acerca da penalidade de suspensão:

- (A) O servidor suspenso fica impedido de comparecer ao serviço, receber remuneração e computar o período de suspensão como tempo de serviço, sendo vedada a conversão da penalidade em multa.
- (B) A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não justifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder a 60 (sessenta) dias.
- (C) A penalidade de suspensão será aplicada pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara Municipal ou pelo dirigente superior da autarquia e fundação, a depender da lotação do servidor.
- (D) É obrigatória a instauração de processo administrativo disciplinar, assegurada ampla defesa, sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias.

QUESTÃO 16

Em consonância com a Lei n.º 1.752/1990, que instituiu o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Rondonópolis-MT, assinale a assertiva correta acerca da posse.

- (A) Não haverá posse nos casos de provimento derivado de cargos públicos.
- (B) O servidor deverá comparecer pessoalmente para assinar o termo de posse perante a autoridade competente, salvo justo motivo devidamente comprovado.
- (C) A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a critério da autoridade competente.
- (D) Será tornado sem efeito o ato de provimento e a posse do servidor que, ao tempo da nomeação, seja detentor de outro cargo público incompatível, salvo se licenciado.

QUESTÃO 17

Considere a existência de leis municipais que dispõem sobre:

- I- Obrigatoriedade de contratação de seguro contra furto e roubo de veículos por empresas que operam estacionamento.
- II- Proibição de conferência de produtos após o cliente efetuar o pagamento nas caixas registradoras de supermercados.
- III- Definição do tempo máximo de espera dos usuários dos serviços de cartórios.
- IV- Proibição de instalação de anúncios que provocam poluição visual na paisagem urbana.

Nos limites da competência legislativa conferida pela Constituição Federal aos Municípios, são constitucionais as leis mencionadas nos itens

- (A) I e III, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.

QUESTÃO 18

Quanto ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), modalidade de transferência constitucional de parcela de receitas tributárias da União para os Municípios, assinale a assertiva correta.

- (A) O cálculo dos valores do FPM é feito sem excluir a parcela da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelos Municípios.
- (B) Compete ao Tribunal de Contas da União a fiscalização da aplicação dos recursos federais transferidos, por meio do FPM, aos Municípios.
- (C) Não é lícito ao Tribunal de Contas da União promover revisão de índices referentes ao FPM, que devem vigor durante todo o exercício financeiro, para reduzi-los no curso deste.
- (D) O FPM é formado por percentual do produto da arrecadação de impostos e da contribuição de intervenção no domínio econômico incidente sobre a comercialização de combustíveis.

QUESTÃO 19

Sobre a ação de desapropriação por utilidade pública, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () São devidos honorários advocatícios em percentual fixado pelo juiz sobre a diferença entre a oferta e a indenização, corrigidas ambas monetariamente.
- () Ficam sub-rogados no valor da indenização quaisquer ônus incidentes sobre o bem expropriado, tais como hipoteca, penhora ou usufruto.
- () Não cabe desistência da ação desapropriatória após o depósito judicial do preço e o deferimento da imissão provisória do expropriante na posse.
- () Os débitos fiscais serão deduzidos dos valores depositados para pagamento da indenização, ainda que não inscritos em dívida ativa.

Assinale a sequência correta.

- (A) F, F, V, V
- (B) V, F, F, V
- (C) F, V, V, F
- (D) V, V, F, F

QUESTÃO 20

Segundo a Lei n.º 1.752/1990, que instituiu o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Rondonópolis-MT, o servidor não poderá permanecer em licença da mesma espécie por período superior a 24 (vinte e quatro) meses, exceto quando estiver licenciado

- (A) para tratamento de saúde, desempenho de mandato classista ou atividade política.
- (B) por motivo de doença em pessoa da família, serviço militar ou atividade política.
- (C) para tratamento de saúde, serviço militar ou desempenho de mandato eletivo.
- (D) por motivo de doença em pessoa da família, desempenho de mandato classista ou de mandato eletivo.

QUESTÃO 21

Analisar a seguinte situação hipotética:

O Município de Rondonópolis-MT firmou termo de cooperação com uma Associação de Moradores de Comunidade Rural, legalmente constituída, para fins de repasse de verbas públicas com o intuito de promover serviços de assistência técnica e extensão rural aos associados e seus familiares.

Após auditoria interna, a Administração Municipal constatou que, na prestação final de contas realizada em 2013, os gestores da Associação apresentaram notas falsas de supostos prestadores de serviços para simular o cumprimento do objeto da parceria firmada com o Município.

Sem prejuízo das medidas a serem adotadas na esfera criminal, ao tomar conhecimento dos fatos no corrente ano, o

- (a) Procurador (a) do Município deverá
- (A) ajuizar ação civil pública por improbidade administrativa para obter a condenação dos responsáveis em todas as sanções legalmente previstas para atos que causam prejuízo ao erário.
- (B) ajuizar ação de ressarcimento ao erário fundada na prática de ato doloso tipificado na lei de improbidade administrativa.
- (C) emitir parecer recomendando o arquivamento do processo, uma vez que todas as pretensões respaldadas na lei de improbidade administrativa foram fulminadas pela prescrição quinquenal.
- (D) aguardar a condenação dos responsáveis na ação penal para fins de execução da multa a ser fixada em favor do ente público lesado.

QUESTÃO 22

De acordo com a Constituição Federal de 1988, compete ao Supremo Tribunal Federal apreciar e julgar

- (A) ação cível originária ajuizada por Município em face da União ou autarquia federal.
- (B) conflitos de competência entre juízes vinculados a tribunais diversos.
- (C) recurso ordinário contra sentença proferida na causa em que for parte, de um lado, organismo internacional, e, de outro, Município.
- (D) recurso extraordinário contra acórdão que considerar válida lei local contestada em face de lei federal.

QUESTÃO 23

Em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Rondonópolis-MT, quanto aos deveres do Prefeito Municipal no ano de término de seu mandato, analise as assertivas.

- I- O Prefeito apresentará à Câmara Municipal, no prazo de até 90 (noventa) dias do término do mandato, declaração atualizada de bens, que será divulgada para conhecimento público, sob pena de perda do direito à remuneração.
- II- É vedado ao Prefeito Municipal assumir, por qualquer forma, compromissos financeiros para execução de programa ou projeto após o término de seu mandato, ainda que haja previsão na legislação orçamentária.
- III- Os balanços e prestações de contas deverão ser ultimados até 10 (dez) dias antes do término do mandato, a fim de constarem de termo com as assinaturas do Prefeito transmitente e do receptor do cargo.
- IV- São nulos de pleno direito os atos que, nos seis meses que antecedem ao término do mandato do Prefeito, importarem em alienação, a qualquer título, de bens do patrimônio municipal, ressalvadas as exceções admitidas em lei.

Estão corretas as assertivas

- (A) III e IV, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.

QUESTÃO 24

Sobre a decadência no direito tributário, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Ao firmar documento de confissão de dívida, o contribuinte promove o autolancamento de créditos tributários, inclusive os atingidos pela decadência.
- () A concessão de liminar em favor do contribuinte, declarando a inexistência de relação jurídica tributária, não impede o Fisco de proceder à regular constituição do crédito para prevenir a decadência do direito de lançar.
- () Nas exações cujo lançamento se faz por homologação, havendo pagamento antecipado, conta-se o prazo decadencial a partir da ocorrência do fato gerador.
- () A decisão judicial transitada em julgado que anula a exigência tributária por vício formal interrompe o prazo decadencial.

Assinale a sequência correta.

- (A) F, V, V, F
- (B) V, V, F, F
- (C) F, F, V, V
- (D) V, F, V, V

QUESTÃO 25

Na esteira dos precedentes dos Tribunais Superiores, a imunidade tributária recíproca, prevista na Constituição Federal de 1988 em favor dos entes públicos, impede a instituição

- (A) do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) sobre imóveis públicos arrendados a particulares.
- (B) do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o consumo faturado de energia elétrica por órgãos municipais.
- (C) do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) sobre veículos pertencentes à empresa pública prestadora de serviço de abastecimento de água e tratamento de esgoto, de forma exclusiva.
- (D) das taxas cobradas em razão de serviços públicos de coleta e remoção de lixo ou resíduos provenientes de imóveis pertencentes a entidades de direito público.

QUESTÃO 26

Consoante o disposto na Lei Orgânica do Município de Rondonópolis-MT acerca dos bens e patrimônio municipal, é correto afirmar:

- (A) A concessão, permissão ou autorização de uso de bens municipais por terceiros, desde que prevista em lei, será sempre de forma gratuita.
- (B) Pertencem ao patrimônio municipal as terras devolutas localizadas dentro do perímetro urbano.
- (C) A concessão administrativa dos bens de uso comum do povo e de uso especial será precedida de autorização legislativa e concorrência.
- (D) O Município, preferentemente à outorga de concessão de direito real de uso, promoverá a venda ou doação de seus bens imóveis mediante autorização legislativa e concorrência.

QUESTÃO 27

Considere a seguinte situação hipotética:

Em sede de execução fiscal movida pelo Município, houve a penhora de um bem imóvel pertencente ao executado, mas gravado por ônus real. Após a designação de datas para realização de leilão judicial do bem penhorado, o credor privado interveio no processo, invocando a preferência do crédito hipotecário sobre o crédito tributário. A partir da legislação aplicável, é correto afirmar:

- (A) A execução fiscal não é execução concursal, dado o amplo privilégio do crédito tributário, a cuja cobrança não se pode opor qualquer gravame, inclusive o hipotecário.
- (B) É admitida a habilitação do credor hipotecário no processo de execução fiscal, mas o valor que for apurado no leilão será destinado preferencialmente ao pagamento do crédito tributário.
- (C) Não se admite a venda judicial do bem imóvel hipotecado em sede de execução fiscal, em virtude da preferência do crédito com garantia real sobre o crédito fiscal.
- (D) É admitida a habilitação do credor hipotecário no processo executivo, a quem será destinado preferencialmente o valor apurado no leilão judicial.

QUESTÃO 28

A Lei Complementar n.º 31/2005 do Município de Rondonópolis-MT estabelece as competências da Procuradoria Geral, órgão subordinado ao Prefeito Municipal, entre as quais **NÃO** se inclui:

- (A) Defender em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, os atos e prerrogativas do Prefeito.
- (B) Promover a cobrança administrativa e judicial da dívida ativa do Município.
- (C) Instaurar tomada de contas especial para apuração de irregularidades, identificação dos responsáveis e quantificação do dano ao erário.
- (D) Orientar a elaboração de projetos de lei, decretos e outros atos administrativos de competência do Prefeito ou dos Secretários Municipais.

QUESTÃO 29

De acordo com as normas do Código Tributário do Município de Rondonópolis-MT (Lei n.º 1.800/1990) relativas ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), é correto afirmar:

- (A) O cadastro imobiliário será atualizado uma vez por ano para registro das alterações que modifiquem a situação dos imóveis.
- (B) Quando o imóvel estiver sujeito a inventário, far-se-á o lançamento em nome do inventariante e, feita a partilha, será transferido para o nome dos sucessores.
- (C) Os imóveis territoriais não loteados permanecerão com suas alíquotas inalteradas por um período de 4 (quatro) anos.
- (D) É concedida isenção a aposentados, pensionistas, viúvas, viúvos e deficientes físicos, cuja renda seja de até um salário mínimo e que possuam apenas um imóvel.

QUESTÃO 30

Nos termos do Código Tributário do Município de Rondonópolis-MT (Lei n.º 1.800/1990), o valor pago a título de Imposto sobre Transmissão e Cessão Onerosa Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI) será restituído na hipótese de

- (A) rescisão de contrato de venda de bem imóvel na forma *ad mensuram*.
- (B) cessão da promessa ou do compromisso de compra e venda de bem imóvel.
- (C) resolução do contrato de promessa de compra e venda de bem imóvel pelo exercício do direito de arrependimento.
- (D) recobrança do bem imóvel em virtude de pacto de retrovenda.

QUESTÃO 31

Em consonância com as disposições constitucionais acerca do sistema de seguridade social, assinale a assertiva **INCORRETA**.

- (A) Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
- (B) A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- (C) A lei complementar poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, desde que observada a não cumulatividade em relação aos impostos.
- (D) São imunes de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

QUESTÃO 32

Conforme a Lei n.º 8.213/1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social, em relação ao servidor público, é correto afirmar:

- (A) O servidor civil, amparado por regime próprio de previdência social, que for requisitado para outro órgão ou entidade cujo regime previdenciário não permita a filiação nessa condição, ficará automaticamente vinculado ao regime geral de previdência social.
- (B) O servidor público vinculado a regime próprio de previdência social que exerça, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo regime geral de previdência social, é considerado segurado obrigatório em relação a essas atividades.
- (C) O regime próprio de previdência social poderá averbar o tempo de contribuição do regime geral de previdência social, sem a emissão da certidão correspondente, quando o tempo de contribuição tenha sido prestado pelo servidor público ao próprio ente instituidor.
- (D) É vedada, em qualquer hipótese, a desaveração de tempo de contribuição averbado pelo servidor público em regime próprio de previdência social.

QUESTÃO 33

Para os dependentes dos servidores civis titulares de cargo efetivo ou dos aposentados falecidos após o advento da Lei n.º 10.887/2004, o valor do benefício de pensão por morte, concedido por regime próprio de previdência social, será igual à

- (A) fração de 70% (setenta por cento) da remuneração do servidor ou dos proventos percebidos pelo aposentado, na data anterior à do óbito, observado o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.
- (B) totalidade da remuneração do servidor ou dos proventos percebidos pelo aposentado, na data anterior à do óbito, desde que não excedente ao teto remuneratório dos servidores públicos previsto na Constituição Federal.
- (C) fração de 70% (setenta por cento) da remuneração do servidor ou dos proventos percebidos pelo aposentado, na data anterior à do óbito.
- (D) totalidade da remuneração do servidor ou dos proventos percebidos pelo aposentado, na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite.

QUESTÃO 34

De acordo com a Lei n.º 4.614/2005, que dispõe sobre a Reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Rondonópolis-MT, analise as assertivas a respeito da aposentadoria por invalidez.

- I- O servidor em gozo de auxílio doença por mais de 24 (vinte e quatro) meses será aposentado por invalidez permanente, com proventos integrais, desde que cumprida a carência de 12 (doze) meses de contribuição.
- II- Os aposentados por invalidez submeter-se-ão a exames médicos anuais, na forma da legislação vigente, impossibilitada a reversão após a idade de 60 (sessenta) anos.
- III- Não será concedida aposentadoria por invalidez ao servidor que, embora incapacitado para o exercício do cargo, não seja considerado incapaz para o serviço público.
- IV- O aposentado por invalidez que voltar a exercer atividade remunerada poderá ter sua aposentadoria cancelada, após apuração em processo administrativo.

Estão corretas as assertivas

- (A) III e IV, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.

QUESTÃO 35

Em matéria de custeio, a Lei Municipal n.º 4.614/2005 prescreve que determinados benefícios são pagos pelo Município, mensalmente, junto com a remuneração dos servidores, e compensados das contribuições vertidas pela municipalidade ao Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Rondonópolis-MT (IMPRO). Por consequência, fica a cargo do IMPRO, exclusivamente, o pagamento direto aos titulares dos seguintes benefícios:

- (A) Aposentadorias, pensão por morte e auxílio doença.
- (B) Aposentadorias e pensão por morte.
- (C) Aposentadorias, pensão por morte e auxílio reclusão.
- (D) Aposentadorias, pensão por morte, auxílio doença e auxílio reclusão.

QUESTÃO 36

Com respaldo na Lei n.º 4.320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro, no tocante ao servidor em alcance, assinale a assertiva **INCORRETA**.

- (A) O adiantamento a servidor em alcance será feito se autorizado pelo ordenador de despesa e sob sua inteira responsabilidade.
- (B) É considerado em alcance o servidor que receber suprimento de fundos e não prestar contas no prazo estabelecido.
- (C) O servidor é considerado em alcance pela não aprovação das contas dos valores recebidos em adiantamento.
- (D) Os alcances dos responsáveis definitivamente julgados serão inscritos em dívida ativa não tributária do ente público.

QUESTÃO 37

Consta da ementa de julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 584 MC/PR) o seguinte teor: “A norma consubstanciada no art. 100 da Carta Política traduz um dos mais expressivos postulados realizadores do princípio da igualdade, pois busca conferir, na concreção do seu alcance, efetividade a exigência constitucional de tratamento isonômico dos credores do Estado. (...)”.

Sobre o regime constitucional de precatórios tratado no referido julgado, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Não é coberta pela coisa julgada material, podendo ser corrigida a qualquer tempo, a disposição da sentença que, por erro, dispensa expedição de precatório em execução contra a Fazenda Pública.
- () Nas execuções contra a Fazenda Pública, é admitida a expedição de precatório relativamente à parte incontroversa da dívida, a despeito da existência de embargos parciais à execução, pendentes de julgamento.
- () Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade na data da expedição do precatório, serão pagos com preferência.
- () A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal reconhece que são estabelecidas duas ordens distintas de precatórios, uma dos créditos de natureza alimentícia (ordem especial) e outra dos créditos de caráter comum (ordem geral).

Assinale a sequência correta.

- (A) F, V, V, F
- (B) V, F, F, V
- (C) F, F, V, F
- (D) V, V, F, V

QUESTÃO 38

De acordo com a legislação processual civil (Lei n.º 13.105/2015), analise as assertivas acerca da produção antecipada da prova.

- I- É causa de prevenção da competência do juízo para a ação principal que venha a ser proposta.
- II- Quando requerida em face da União, de entidade autárquica ou de empresa pública federal, poderá ser processada na justiça estadual se, na localidade, não houver vara federal.
- III- É sempre classificada como procedimento de jurisdição voluntária, em virtude da inexistência do caráter contencioso.
- IV- Não cabe recurso da homologação judicial da prova produzida regularmente.

Estão corretas as assertivas

- (A) III e IV, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.

QUESTÃO 39

A respeito da intervenção do *amicus curiae* no processo civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) A intervenção de entidade federal como *amicus curiae* em processo da justiça estadual acarreta o deslocamento da competência.
- (B) A legislação processual civil não lhe atribui legitimidade para interpor recursos.
- (C) É a única forma de intervenção de terceiros que pode ser determinada de ofício pelo juiz ou tribunal.
- (D) Contra a decisão do juiz que deferir a participação do *amicus curiae*, é admitido recurso de agravo de instrumento.

QUESTÃO 40

Em consonância com o direito processual civil vigente, assinale a afirmativa correta sobre a ação monitória.

- (A) Os contratos bilaterais, como os de prestação de serviços, podem embasar a ação monitória, desde que acompanhados de comprovação de que o serviço foi prestado.
- (B) As obrigações de fazer e não fazer são excluídas do campo de incidência da ação monitória.
- (C) O procedimento monitório documental exige, para interposição da ação, obrigação líquida e certa comprovada por documento escrito.
- (D) O procedimento monitório colide com o rito específico de execução contra a Fazenda Pública, uma vez que o regime de precatório inviabiliza a satisfação voluntária da obrigação.

QUESTÃO 41

Consoante o disposto no Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105/2015) acerca da arguição de inexigibilidade de título executivo judicial eivado de inconstitucionalidade, na fase de impugnação à execução, é correto afirmar:

- (A) O vício de inconstitucionalidade não se caracteriza quando a sentença exequenda deixar de aplicar a norma reconhecidamente constitucional.
- (B) Fica caracterizado o vício de inconstitucionalidade quando a obrigação reconhecida na sentença exequenda decorre de interpretação da norma com sentido incompatível com a Constituição Federal.
- (C) É considerado inexigível o título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, desde que na via do controle concentrado.
- (D) Considera-se inexigível o título executivo fundado em lei ou ato normativo, que foi declarado inconstitucional por decisão do Supremo Tribunal Federal prolatada antes ou depois do trânsito em julgado da sentença exequenda.

QUESTÃO 42

A respeito da ação rescisória fundada em ofensa à norma constitucional, assinale a assertiva correta.

- (A) A decisão judicial transitada em julgado que aplica lei considerada inconstitucional padece de nulidade, que pode ser atacada pela via da ação rescisória ou do mandado de segurança, desde que observado o respectivo prazo decadencial.
- (B) Cabe ação rescisória contra acórdão que adotou entendimento em harmonia com o firmado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal à época de sua prolação, desde que ocorra posterior superação do precedente.
- (C) O termo inicial do prazo decadencial para propositura de ação, que visa rescindir julgado embasado em preceito normativo inconstitucional, é a prolação da decisão declaratória de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.
- (D) Cabe ação rescisória por ofensa à literal disposição constitucional, ainda que a decisão rescindenda tenha se baseado em interpretação controvertida, ou seja, anterior à orientação fixada pelo Supremo Tribunal Federal.

Instrução: A partir do texto, responda às questões 43 e 44.

A fim de melhor entender a aplicação subsidiária do direito privado a contrato administrativo, podemos criar a seguinte situação hipotética: Imaginemos que a Administração Pública haja adquirido determinado imóvel. Após celebrada a avença, terceiro ingressa com ação de usucapião em que alega haver adquirido a propriedade do bem, e que isto havia ocorrido antes mesmo da celebração do contrato com a administração. Julgada procedente a ação de usucapião, a administração perde a propriedade do bem que havia adquirido. Em face dessa situação, observa-se que a Lei 8.666/93 não dá solução para essa questão. (...).

(FURTADO, L. R. Contratos administrativos e contratos de direito privado celebrados pela Administração Pública. **Revista TCU**, Brasília, v. 31, n. 86, out/dez 2000.)

QUESTÃO 43

No caso citado no texto, o instituto jurídico que obriga o alienante a indenizar a adquirente pela perda da propriedade é a responsabilidade por

- (A) evicção.
- (B) vício redibitório.
- (C) onerosidade excessiva.
- (D) usucapião.

QUESTÃO 44

Nos termos da lei civil, salvo estipulação em contrário, além da restituição integral do preço que pagou pelo bem imóvel, a adquirente tem direito à indenização

- (A) por danos extrapatrimoniais.
- (B) pelas benfeitorias, inclusive as voluptuárias.
- (C) dos frutos que tiver sido obrigada a restituir.
- (D) pelos prejuízos que decorram direta e indiretamente da perda da propriedade.

Instrução: A partir do texto, responda às questões 45 e 46.

Embora novidade legal, a jurisprudência, de longa data, conhecia a categoria do abuso de direito, a qual se desenvolveu, em face das necessidades concretas, ao longo dos séculos. Trata-se de conceito pouco simpático ao individualismo, pois traduz uma ideia de convivência razoável entre as situações jurídicas.

A teoria do abuso do direito somente despontou no final do século XIX, como superação de concepções individualistas, que entendiam o direito subjetivo como poder de vontade e da expressão maior da liberdade individual, e, assim, ilimitado. Concedida a liberdade e a autodeterminação ao ser humano racional, deveria ele, eventualmente, arcar com a responsabilidade pelas condutas ofensivas ao ordenamento jurídico e, portanto, ilícitas. A introdução do abuso do direito permite vislumbrar uma via intermediária entre o permitido e o proibido.

(FARIAS, C. C. de; ROSENVALD, N.; BRAGANETTO, F. P. **Curso de Direito Civil:** responsabilidade civil. Salvador: Ed. JusPodivm, 2017.)

QUESTÃO 45

De acordo com as disposições do Código Civil (Lei n.º 10.406/2002), o abuso de direito é espécie de ato ilícito caracterizado

- (A) pelo exercício de direito subjetivo ou potestativo de forma desproporcional, mediante conduta abusiva que infrinja danos patrimoniais ou morais a outrem.
- (B) pela violação do direito e pelo dano causado a outrem, em virtude de ação ou omissão voluntária.
- (C) pela violação do direito e pelo dano causado a outrem, em virtude de prática considerada abusiva.
- (D) pelo excesso quanto ao limite imposto pelo fim econômico ou social do direito exercido, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

QUESTÃO 46

Considerando o entendimento jurisprudencial acerca do abuso de direito, assinale a assertiva **INCORRETA**.

- (A) O abuso de direito é uma categoria jurídica autônoma em relação à responsabilidade civil. Por isso, o exercício abusivo de posições jurídicas desafia controle independentemente de dano.
- (B) A responsabilidade civil decorrente do abuso do direito independe de culpa, e fundamenta-se somente no critério objetivo-finalístico.
- (C) O caráter protelatório dos embargos de declaração é insuficiente para caracterizar o abuso de direito, pois toda faculdade processual está amparada no postulado constitucional da ampla defesa.
- (D) O abuso de direito, como cláusula geral prevista no Código Civil, tem fundamento constitucional nos princípios da solidariedade, devido processo legal e proteção da confiança e aplica-se a todos os ramos do direito.

QUESTÃO 47

Tendo em vista o disposto na legislação trabalhista em vigor acerca de salário e remuneração, é correto afirmar:

- (A) Quando o salário do trabalhador é composto de dinheiro mais utilidades (prestações “in natura”), o empregador deve pagar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) em espécie.
- (B) Os prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.
- (C) O valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio ou não, desde que concedido na mesma modalidade de plano e cobertura para todos os empregados da empresa, não integra o salário.
- (D) A gorjeta não integra a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, por não ser paga diretamente pelo empregador.

QUESTÃO 48

Nos termos da legislação trabalhista vigente, **NÃO** é considerado período de interrupção do contrato de trabalho para o empregado:

- (A) O tempo que se fizer necessário quando estiver participando de reunião oficial promovida por organismo internacional.
- (B) Até 3 (três) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovada.
- (C) Até 2 (dois) dias para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez da esposa ou companheira.
- (D) Os dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.

QUESTÃO 49

A respeito da distribuição dinâmica do ônus da prova no processo do trabalho, analise as assertivas.

- I- A distribuição diversa do ônus da prova, conforme previsto na legislação processual do trabalho em vigor, decorre de determinação legal, judicial ou por convenção das partes.
- II- Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa no que tange à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo ou a maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juízo atribuir o ônus de forma diversa.
- III- A decisão judicial, que redistribuir dinamicamente o ônus da prova, deverá ser proferida antes da abertura da instrução e, a requerimento da parte, implicará o adiamento da audiência e possibilitará provar os fatos por qualquer meio em direito admitido.
- IV- O empregador reclamado, a quem o juízo atribuir o encargo de produzir prova excessivamente difícil, poderá interpor recurso de imediato, a fim de restabelecer o equilíbrio da relação processual.

Estão corretas as assertivas

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I e IV, apenas.

QUESTÃO 50

A legislação processual do trabalho em vigor estabelece que o valor do depósito recursal será reduzido pela metade para

- (A) entidades fiscalizadoras do exercício profissional.
- (B) entidades filantrópicas.
- (C) empresas em recuperação judicial.
- (D) entidades sem fins lucrativos.

QUESTÃO 51

O princípio da preclusão incide no direito processual do trabalho como fenômeno jurídico que se manifesta de diversas formas. Segundo classificação doutrinária, identifique os tipos de preclusão nas afirmativas a seguir.

- I- _____: Ocorre com a prática do ato processual, ou seja, uma vez praticado o ato, não poderá a parte fazê-lo novamente.
- II- _____: Ocorre quando a parte pratica um ato incompatível com outro já praticado, dando ensejo à perda da faculdade processual, por estar em contradição com atos anteriores.
- III- _____: É a perda da faculdade processual, em virtude do exercício irregular de ato anterior, ou seja, para que o ato posterior tenha validade, é exigido que o anterior também seja válido.
- IV- _____: Por este princípio, é defeso à parte pleitear e ao juiz apreciar questões decididas no processo e acobertadas pela coisa julgada.

Assinale a sequência que preenche correta e respectivamente as lacunas.

- (A) Consumativa; Lógica; Ordinatória; Máxima.
- (B) Lógica; Consumativa; Máxima; Ordinatória.
- (C) Ordinatória; Lógica; Consumativa; Máxima.
- (D) Consumativa; Máxima; Ordinatória; Lógica.

QUESTÃO 52

A Lei n.º 12.651/2012, conhecida como novo Código Florestal, dispõe sobre os instrumentos a serem utilizados pelo poder público municipal para proteção das áreas verdes urbanas, entre os quais **NÃO** se inclui:

- (A) Aplicação em áreas verdes de recursos oriundos da compensação ambiental.
- (B) Direito de preempção para aquisição de remanescentes florestais relevantes.
- (C) Estabelecimento de exigência de áreas verdes nos empreendimentos comerciais.
- (D) Registro do parcelamento do solo para fins urbanos de loteamentos licenciados.

QUESTÃO 53

Sobre tema relativo à competência dos entes federativos para atuarem na defesa e proteção do meio ambiente, analise as assertivas.

- I- A violação da norma ambiental pode ser anterior ou superveniente à outorga da licença, logo a aplicação da sanção não está necessariamente vinculada à esfera do ente federado que a outorgou.
- II- Havendo omissão do órgão estadual na fiscalização, mesmo que outorgante da licença ambiental, pode o órgão federal exercer o seu poder de polícia administrativa, pois não há de confundir competência para licenciar com competência para fiscalizar.
- III- No exercício da atribuição comum de fiscalização da conformidade de empreendimentos e atividades efetiva ou potencialmente poluidores com a legislação ambiental em vigor, prevalece o auto de infração ambiental que foi lavrado primeiro.
- IV- A regulação da cooperação entre os entes da federação não abrange o poder de demitirem-se a União ou os Estados dos encargos constitucionais de proteção dos bens de valor ambiental situados em áreas urbanas para descarregá-los ilimitadamente sobre os municípios.

Estão corretas as assertivas

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.

QUESTÃO 54

Segundo a lição doutrinária, “é um dos aspectos do poder de polícia administrativa, que atua com a finalidade de garantir a salubridade, a tranquilidade, a paz, a saúde, o bem-estar do povo”, pois “ao discriminar usos, representa uma limitação do direito dos cidadãos”, em especial da propriedade que “não poderá ser utilizada da maneira desejada unicamente pelo proprietário”.

(MACHADO, P. A. L. *Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2013.)

O texto refere-se ao seguinte instrumento de planejamento municipal previsto no Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001):

- (A) Servidão Administrativa.
- (B) Zoneamento Ambiental.
- (C) Plano Diretor.
- (D) Plano Plurianual.

QUESTÃO 55

Sobre o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) previsto no Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Cabe à lei municipal definir os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de EIV para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal.
- () Somente os impactos urbanísticos são objeto de avaliação pelo EIV, pois os impactos ambientais deverão ser avaliados pelo Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), conforme determina a legislação ambiental.
- () A finalidade primordial do EIV é prevenir o crescimento desordenado nas cidades, garantindo a proteção do bem-estar de seus habitantes por intermédio da valorização da função social da propriedade urbana.
- () A licença para instalação e funcionamento de determinado empreendimento concedida pelo Poder Público, em conformidade com o ordenamento legal e o EIV, deverá ser renovada periodicamente, em virtude do direito subjetivo do particular à continuidade e permanência de sua atividade.

Assinale a sequência correta.

- (A) F, F, V, F
- (B) V, V, F, V
- (C) V, F, V, F
- (D) F, V, F, V

QUESTÃO 56

Nos termos da Lei Complementar n.º 30/2005 do Município de Rondonópolis-MT, que dispõe sobre os órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, das decisões da autoridade competente impositivas de sanção, caberá recurso às instâncias administrativas hierarquicamente escalonadas na seguinte ordem:

- (A) Procuradoria do Município, Diretoria Executiva, Junta Recursal.
- (B) Junta Recursal, Diretoria Executiva, Procuradoria do Município.
- (C) Diretoria Executiva, Procuradoria do Município, Junta Recursal.
- (D) Diretoria Executiva, Junta Recursal, Procuradoria do Município.

QUESTÃO 57

Sobre a Certidão de Violação aos Direitos do Consumidor (CVDC) prevista na Lei Complementar n.º 30/2005 do Município de Rondonópolis-MT, assinale a assertiva **INCORRETA**.

- (A) A CVDC será fornecida pelo Procon Municipal em 5 (cinco) dias úteis, contados do protocolo do requerimento, e terá validade de 30 (trinta) dias a contar de sua expedição.
- (B) A CVDC será exigida, exclusivamente, de pessoas jurídicas que pretendam participar de licitação ou firmar contratos com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta.
- (C) Os recursos oriundos do recolhimento da taxa de expedição da CVDC serão destinados ao Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos.
- (D) Entende-se como Positiva a Certidão em que constar violação aos direitos do consumidor na categoria “não resolvido”.

QUESTÃO 58

Considere a seguinte situação hipotética:

O Município de Rondonópolis-MT, representado por seus Procuradores, ajuizou ação coletiva de consumo e obteve a condenação de determinado fornecedor ao pagamento de indenização de prejuízos causados individualmente aos consumidores substituídos. Quanto à execução da referida sentença condenatória, o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/1990) prescreve que a legitimidade ativa

- (A) do ente público é subsidiária e decorre da inércia dos beneficiários em se habilitar no processo.
- (B) do ente público é concorrente com a dos beneficiários, mas estes terão preferência no pagamento.
- (C) é exclusiva dos beneficiários, que deverão se habilitar no processo, observado o prazo prescricional.
- (D) é exclusiva do ente público, que promoverá a convocação dos beneficiários para receber suas parcelas da indenização.

QUESTÃO 59

Em relação às condutas tipificadas no Código Penal como crimes contra as finanças públicas, é correto afirmar:

- (A) Não se afigura possível a substituição da pena de prisão pelas penas restritivas ou multa, em virtude da gravidade das condutas apenadas.
- (B) São crimes que não admitem, em tese, a suspensão condicional da pena, porquanto suas penas mínimas ultrapassam o limite de 1 (um) ano.
- (C) Todos os tipos penais exigem como elemento subjetivo o dolo, não existindo previsão de modalidade culposa.
- (D) O fato cometido pelo agente somente será punido se o crime for consumado, não sendo punível a mera tentativa.

QUESTÃO 60

Analisar a seguinte situação hipotética:

Prudente, servidor ocupante do cargo de Procurador Jurídico de Rondonópolis-MT, foi intimado para se manifestar sobre a nomeação de bens à penhora em execução fiscal proposta pelo Município. Em contato com a parte executada, exigiu dela determinada quantia em dinheiro, alegando necessidade financeira de seus familiares, para não se opor à penhora dos bens nomeados.

De acordo com a lei penal, a conduta praticada por Prudente é enquadrada no crime de

- (A) extorsão qualificada.
- (B) concussão.
- (C) corrupção passiva.
- (D) peculato.

EM BRANCO

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº. 002/2019-PMR

FOLHA DE ANOTAÇÃO DO CANDIDATO

Questão	Alternativa	Questão	Alternativa	Questão	Alternativa
01		21		41	
02		22		42	
03		23		43	
04		24		44	
05		25		45	
06		26		46	
07		27		47	
08		28		48	
09		29		49	
10		30		50	
11		31		51	
12		32		52	
13		33		53	
14		34		54	
15		35		55	
16		36		56	
17		37		57	
18		38		58	
19		39		59	
20		40		60	

Esta folha é destinada para uso EXCLUSIVO do candidato.